



**DIRECÇÃO GERAL DO PLANEAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
UNIDADE DE GESTÃO DAS AQUISIÇÕES
UGA-MS**



Concurso Público Nº 01/UGA/MS/2013

CADERNO DE ENCARGOS

Fornecimento financiado pelo Escritório Comum das Nações Unidas



ÍNDICE

PARTE I Cláusulas Jurídicas.....	2
Artigo 1º Objecto.....	2
Artigo 2º Local de prestação dos serviços.....	2
Artigo 3º Prazo de prestação dos serviços.....	2
Artigo 4º Condições de pagamento.....	2
Artigo 5º Documentação.....	2
Artigo 6º Sigilo.....	3
Artigo 7º Testes de aceitação.....	3
Artigo 8º Aceitação.....	3
Artigo 9º Propriedade Intelectual e direitos de autor.....	4
Artigo 10º Penalidades.....	4
Artigo 11º Casos fortuitos ou de força maior.....	4
Artigo 12º Patentes, licenças e marcas registadas.....	4
Artigo 13º Garantia.....	5
Artigo 14º Rescisão do contrato.....	5
Artigo 15º Prazos e regras de contagem.....	5
Artigo 16º Notificações, informações e comunicações.....	5
Artigo 17º Actualizações de âmbito administrativo, jurídico e comercial do adjudicatário.....	6
Artigo 18º Encargos do Concorrente.....	6
Artigo 19º.....	6
Garantias administrativas.....	6
Artigo 20º Foro Competente.....	6
Artigo 21º Prevalência.....	6
PARTE II Cláusulas Técnicas.....	7
Artigo 22º Enquadramento.....	7
Artigo 23º Especificação do fornecimento.....	8
Artigo 24º Gestão global e controlo de qualidade.....	9
Artigo 25º Equipa.....	9



CADERNO DE ENCARGOS
CONCURSO N° 01/UGA/MS/2013

PARTE I
Cláusulas Jurídicas

Artigo 1º
Objecto

O objecto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II deste caderno de encargos, no fornecimento do seguinte:

Realização de um inventário dos bens móveis e imóveis, equipamentos e dispositivos médicos do Ministério da Saúde de Cabo Verde.

Artigo 2º
Local de prestação dos serviços

Os serviços objecto do contrato serão prestados em todas as Estruturas de Saúde do País.

Artigo 3º
Prazo de prestação dos serviços

1. O fornecimento a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executado no prazo de 90 dias, a contar da data da notificação da assinatura do contrato.
2. O fornecimento será executado de acordo com o programa de trabalhos apresentado pelo adjudicatário.

Artigo 4º
Condições de pagamento

1. As condições de pagamento do encargo total do fornecimento são fixadas de acordo com as regras estabelecidas no programa de procedimento.
2. Para efeitos de pagamento, as facturas deverão ser apresentadas com uma antecedência de 30 dias em relação à data do respectivo vencimento.
3. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respectiva prestação só se vence nos 30 dias subsequentes à apresentação da correspondente factura.

Artigo 5º
Documentação

1. O adjudicatário entregará à entidade adjudicante, de acordo com o programa de trabalho estabelecido no final de cada fase um relatório dos trabalhos desenvolvidos.
2. Todos os planos, desenhos, especificações, projectos, relatórios, base de dados e entre outros documentos, nos termos do contrato tornar-se-ão propriedade da entidade adjudicante devendo o adjudicatário até o fim do prazo estipulado entregar todos os referidos documentos.



3. A entidade adjudicante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.
4. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objecto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

Artigo 6º
Sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações a que os seus técnicos venham a ter acesso relacionado com a actividade da entidade adjudicante.
2. O adjudicatário compromete-se a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela entidade adjudicante e pelas restantes Entidades do Sistema, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual dos sistemas de informação da entidade adjudicante, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades, salvo autorização expressa da entidade adjudicante.
3. O adjudicatário assume, igualmente, o compromisso de remover e destruir, no final do projecto, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados analisados e que a entidade adjudicante considere como de acesso privilegiado.
4. O adjudicatário obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da entidade adjudicante, nos termos legalmente previstos.
5. De igual forma, o adjudicatário garante que terceiros, que utilize na execução dos serviços, respeitem o dever de confidencialidade.
6. O adjudicatário compromete-se a aceitar as normas e procedimentos do primeiro outorgante e das restantes Entidades do Sistema, que lhe sejam prévia e devidamente comunicadas no que respeita à identificação das pessoas, acesso e circulação dentro das instalações, bem como as relativas às políticas de segurança e privacidade.

Artigo 7º
Testes de aceitação

1. A adequação do resultado final do fornecimento dos serviços efectuado face aos requisitos estabelecidos e à documentação técnica facultada será aferida através da realização de testes.
2. Os testes serão definidos pelo MS.
3. Os testes serão efectuados no prazo de 5 dias úteis a contar da conclusão do fornecimento.
4. Se os testes não forem executados no tempo e com os resultados estabelecidos, por razões imputáveis ao adjudicatário, a entidade adjudicante pode:
 - a) Exigir a realização de serviços necessários à conclusão dos testes de aceitação, num prazo de 15 dias úteis;
 - b) Rescindir o contrato sem quaisquer ónus ou encargos da sua responsabilidade.

Artigo 8º
Aceitação

1. Após a verificação do resultado satisfatório dos testes, o primeiro outorgante lavrará um auto de aceitação dos serviços prestados, onde ficará registada a data de aceitação dos mesmos, bem como a ocorrência de eventuais falhas ou deficiências constatadas na execução do fornecimento.



2. Caso as entregas não sejam aceites pelo primeiro outorgante, por motivos justificados, o segundo outorgante obriga-se a corrigir as mesmas, de forma a cumprirem os requisitos definidos no Caderno de Encargos.
3. O auto de aceitação será enviado ao segundo outorgante no prazo de 3 dias úteis a contar da data da aceitação.

Artigo 9º

Propriedade Intelectual e direitos de autor

1. Contra o integral pagamento do preço, a entidade adjudicante será titular dos direitos de autor, bem como de outros direitos de propriedade intelectual, relativos aos serviços objecto do procedimento e produtos dele resultantes, nomeadamente, código fonte, planos, desenhos, documentação e elementos afins, bem como dos produtos consequentes a todas as ulteriores adaptações que se venham a revelar necessárias.
2. O fornecedor entregará, após a conclusão do fornecimento, toda a documentação relativa aos trabalhos desenvolvidos, incluindo, se for caso disso, o software desenvolvido e as respectivas fontes que serão propriedade da entidade adjudicante.
3. A entidade adjudicante poderá transformar e reproduzir todos os documentos e todo o software desenvolvido.
4. Tratando-se de licenciamento de produtos, a entidade adjudicante adquire as licenças a título não exclusivo e perpétuo.
5. Aos desenvolvimentos específicos realizados para a entidade adjudicante, a coberto do contrato de fornecimento do produto licenciado, aplicam-se as regras de propriedade intelectual e direitos de autor especificadas nos números anteriores da presente cláusula.

Artigo 10º

Penalidades

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

Penalidade = valor do contrato/365 x nº de dias de incumprimento.

Artigo 11º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente, greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 12º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.



Artigo 13º
Garantia

1. O adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante, os serviços fornecidos pelo prazo indicado na sua proposta.
2. O prazo de garantia referido no número anterior conta-se a partir da data de aceitação serviços.
3. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de má utilização, de uma utilização abusiva ou de negligência da entidade adjudicante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, acção de terceiros, de caso fortuito ou de força maior.
4. Em caso de anomalia detectada no objecto do fornecimento, o adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao adjudicatário.

Artigo 14º
Rescisão do contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços ou falta de reposição de bom funcionamento por período superior a 30 dias úteis.

Artigo 15º
Prazos e regras de contagem

Os prazos estabelecidos neste Caderno de Encargos, contam-se de acordo com o disposto no artigo 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei 1/2009, de 5 de Janeiro.

Artigo 16º
Notificações, informações e comunicações

1. As notificações, informações e comunicações entre o adjudicatário e a entidade adjudicante, devem ser efectuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respectiva natureza e conteúdo.
2. Com excepção das situações em que seja exigida formalidade especial, devidamente assinalada no Caderno de Encargos, as notificações, informações e comunicações a enviar, podem ser efectuadas:
 - a) Por telefone, por fax ou por correio electrónico, se a urgência do caso recomendar o uso de tais meios;
 - b) Pessoalmente;
 - c) Por via postal simples;
 - d) Por carta registada, com aviso de recepção.
3. As notificações, as informações e as comunicações efectuadas nos termos das alíneas a) e b) do número anterior, devem ser confirmadas por qualquer dos meios previstos nas alíneas c) e d), no prazo de 48 horas.



Artigo 17º

Actualizações de âmbito administrativo, jurídico e comercial do adjudicatário

1. O adjudicatário deve comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere, designadamente:
 - a) Os poderes de representação dos seus mandatários no Contrato;
 - b) A sua denominação e sede social;
 - c) A sua situação jurídica;
 - d) A sua situação comercial.
2. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do Contrato, a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado de Cabo Verde e as obrigações contributivas para a segurança social em Cabo Verde (ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido).

Artigo 18º

Encargos do Concorrente

São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as da, da celebração do contrato e com o visto do Tribunal de Contas.

Artigo 19º

Garantias administrativas

1. Todas as reclamações e recursos apresentados contra quaisquer actos proferidos no procedimento regem-se pelo disposto nos artigos 67º e seguintes e 135º e seguintes, respectivamente, da Lei n.º 17/VII/2007, de 10 de Setembro e do Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro;
2. As reclamações referidas no número anterior devem ser apresentadas aos órgãos decisores do objecto da reclamação, e os recursos deve ser interpostos à Comissão de Resolução de Conflitos da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas.

Artigo 20º

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal da Comarca da Praia, com renúncia expressa a qualquer outro.

Artigo 21º

Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato o caderno de encargos, o programa de procedimento e a proposta do adjudicatário.
2. Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o caderno de encargos e o programa de procedimento e em último lugar a proposta do adjudicatário.



PARTE II
Cláusulas Técnicas

Artigo 22º
Enquadramento

Em Cabo Verde, a qualidade e a melhoria do acesso aos serviços de saúde a fim de garantir a equidade, revestem-se de particular importância, atendendo designadamente aos desafios que acarretam, fundamentalmente no que se refere às intervenções na rede de estruturas sanitárias, de forma a permitir o desenvolvimento de infraestruturas para suportar a oferta adequada de prestações essenciais de saúde, descentralizada nos diferentes níveis da pirâmide.

As estruturas sanitárias para que sejam funcionais necessitam ter, para além dos edifícios, um parque de equipamentos adaptado às funções esperadas de cada tipo e do seu posicionamento na hierarquia da pirâmide, incluindo os complementares de diagnóstico e terapêutica, que as tornem funcionais em relação ao perfil de cada estrutura sanitária.

Atualmente, Cabo Verde dispõe de cento e noventa infraestruturas de saúde sendo dois Hospitais Centrais, três Hospitais Regionais, uma policlínica, trinta Centros de Saúde, cinco Centros de Saúde Reprodutiva, um Centro de Terapia Ocupacional, um Centro de Saúde Mental, trinta e quatro Postos Sanitários e cento e treze Unidades Sanitárias de Base, distribuídos geograficamente pelos 23 concelhos das 09 ilhas habitadas do país, sendo um desafio efetivo à gestão e coordenação das intervenções no âmbito da planificação, manutenção preventiva e de reparação de infraestruturas e de equipamentos de saúde.

Neste momento, os equipamentos disponíveis nas estruturas encontram-se, na sua generalidade, em fase avançada de utilização, pouco diferenciados ou bastante incompletos em relação ao nível técnico previsto para os estabelecimentos de saúde, no quadro do ordenamento hierárquico das estruturas no Serviço Nacional de Saúde, o que implica à capacidade nacional de coordenação.

Assim, prevê-se no Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012-2016, um programa de intervenção na rede de infraestruturas com o objetivo de reforçar e alargar as actividades em curso, no sentido de criar as condições de suporte às reformas que vão sendo introduzidas no Serviço Nacional de Saúde, para que se garanta a adequada construção, adaptação e remodelação de um conjunto das infraestruturas de saúde contribuindo, assim, para consolidar a rede de estruturas, adequar a construção para melhor acessibilidade das pessoas com deficiência e para melhorar a qualidade dos serviços prestados. No âmbito desse programa do PNDS, Programa de intervenção na rede de infraestruturas sanitárias, estão igualmente previstos aquisição de equipamentos e tecnologias de saúde e medidas para a melhoria da sua gestão e eficiência.



Nesse sentido, urge fazer um inventário de todos os bens móveis, imóveis, equipamentos e dispositivos médicos do país, que permite conhecer todo o parque actual de bens e equipamentos do Ministério da Saúde, como um instrumento importante de planificação e de gestão.

Objectivos Gerais e Específicos

- Realizar um inventário de todos os bens móveis, imóveis, equipamentos e dispositivos de saúde do Sistema Nacional de Saúde, em todas as instalações do Ministério da Saúde com a devida etiquetagem, com base na definição indicada pela Direcção do Património do Estado e do MS, que permitirá a realização de inventário físico internamente através do uso da tecnologia de código de barras;
- Obter informações para a elaboração da Lista Nacional de Tecnologias de Saúde;
- Obter dados que permitam a sua introdução no Sistema de Gestão de Bens e Equipamentos do SIGOF

Artigo 23º

Especificação do fornecimento

Realização de um inventário dos bens móveis e imóveis, equipamentos e dispositivos médicos do Ministério da Saúde de Cabo Verde.

METODOLOGIA

A metodologia para a realização do inventário dos bens móveis e imóveis, equipamentos e dispositivos médicos compreenderá:

Nota metodológica

Logo após a assinatura do contrato, a empresa adjudicada deverá apresentar à Equipa Técnica de Seguimento (ETS) uma nota metodológica contendo a proposta detalhada para a realização do inventário (abordagem, métodos, organização do trabalho, uma lista de pessoal a serem utilizados e os seus CV's ou os registros de dados pessoais da empresa, indicando suas qualificações, cronograma, plano das deslocações e as datas para a entrega dos produtos). Ainda um documento contendo a estrutura lógica do inventário com as adequadas adaptações aos módulos da base de dados do SIGOV deverá ser apresentado.

Ainda nesta fase, os consultores deverão elaborar o instrumento de recolha das informações tendo em conta os instrumentos da Direcção Geral do Património e orientações técnicas da Direcção Geral Farmácia e do Medicamento, da OMS e do PNUD/UNICEF/UNFPA e da Direcção Geral do Planeamento, Gestão e Orçamento do Ministério da Saúde, que servirão de base para a obtenção de um instrumento completo que responderá às necessidades dos diferentes serviços/instituições.

Esta primeira etapa será completada com reuniões com os Responsáveis dos diferentes serviços/instituições com implicação na matéria.

Documentos de Consulta obrigatória:

- Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (2012-2016);
- Procedimentos da Direcção Geral do Património



A Equipa Técnica de Seguimento (ETS), formada por técnicos da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG) do Ministério da Saúde, da Direcção Geral da Farmácia e do Medicamento, da Direcção Geral do Património do Estado e do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde coordenará e supervisionará os trabalhos em todo o processo da realização do inventário de todos os bens móveis, imóveis, equipamentos e dispositivos médicos do Sistema Nacional de Saúde.

Um seguimentos regular a ser definido pela ETS deverá ser feito, com contactos regulares com os consultores.

Artigo 24º Gestão global e controlo de qualidade

CONDIÇÕES

- O contratado deve fornecer mão-de-obra suficiente e experiente, para completar o inventário físico dentro do prazo designado e sem interrupções e interferências no dia-a-dia dos trabalhos estruturas e serviços de saúde a inventariar;
- Todos os procedimentos de segurança serão respeitados pelo contratante, pelo contratado e pelos seus funcionários respectivos durante a realização do inventário físico.
- O contratado devera fornecer ao Ministério da Saúde todas as informações recolhidas durante a realização do inventário físico, em formato Microsoft Excel. O formato fornecido pelo contratante em Excel deve permitir uma simples transição ao banco de dados do sistema actual.
- Todos os bens inventariados serão marcados com Etiquetas NFC (Near Field Communication) de 8 dígitos começando pelo nº 00000001 com logótipo da DGPCP.
- O contratado irá fornecer garantias razoáveis de que o inventário realizado é materialmente preciso e vai incluir uma cópia do seu processo de controlo de qualidade com a submissão da proposta.

Artigo 25º Equipa

1. O adjudicatário deverá empregar e fornecer pessoal qualificado e experiente.
2. O adjudicatário deverá integrar na sua equipa de trabalho três técnicos indicados pela DGPOG do Ministério da Saúde, que colaborarão de igual modo, no seguimento do processo de inventariação e avaliação.
3. O adjudicatário deverá indicar a estrutura e composição (número, perfil e identificação dos elementos) da equipa de trabalho a afectar ao projecto, apresentando os curricula vitae dos elementos a afectar concretamente à realização dos trabalhos, indicando para cada elemento da equipa, no mínimo, os seguintes dados:
 - a) Dados Pessoais: Nome, data de nascimento, correio electrónico, telefone, etc.;
 - b) Data da Contratação, Função na organização e tipo de vínculo;



- c) Formação académica;
 - d) % Tempo afectação e funções a desempenharem no projecto;
 - e) Descrição de tarefas e projectos anteriormente desenvolvidas;
 - f) Outros conhecimentos e experiências úteis para o projecto.
4. Deverão ser indicadas as responsabilidades associadas a cada perfil distinto, as etapas e tarefas do projecto em que os elementos com esse perfil participarão e o tipo de dedicação que terão (permanente ou parcial).
 5. Só será permitido o adjudicatário efectuar substituições de pessoal chave se as partes convierem que o atraso indevido do processo de selecção torna tal substituição inevitável, ou em que tais mudanças sejam fundamentais para alcançar os objectivos do trabalho.
 6. Fora dos casos do número anterior, apurando-se que na proposta se ofereceram os serviços do pessoal chave sem haver confirmado a disponibilidade deste, pode desqualificar o Concorrente e continuar o processo com o Concorrente seguinte, em ordem de graduação.
 7. O pessoal chave que se proponha como substituto deve ter qualificações profissionais iguais ou superior que as do pessoal chave proposto inicialmente.

